

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 08-5-2017.

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e trinta minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Cláudio Janta, Dr. Goulart, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal de autoria de Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Às quatorze horas e trinta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foram apregoadas as Emendas n^{os} 01 e 02, assinadas por Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon, ao Projeto de Lei do Executivo n^o 006/17 (Processo n^o 1368/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo n^o 006/17 (Processo n^o 1368/17), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, André Carús, Dr. Thiago, Cassio Trogildo, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta e Mauro Pinheiro. Foi rejeitada a Emenda n^o 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo n^o 006/17, por sete votos SIM, vinte e dois votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Tarciso Flecha Negra. Foi rejeitada a Emenda n^o 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo n^o 006/17, por sete votos SIM, vinte e três votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein e optado pela

Abstenção Tarciso Flecha Negra. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 006/17, por trinta e três votos SIM, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Às quinze horas e dezesseis minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Rodrigo Maroni. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Tomás Pinheiro Fiori, da Associação dos Servidores da Fundação de Economia e Estatística – ASFEE –, que discorreu sobre a importância das fundações gaúchas e da Fundação de Economia e Estatística. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Sofia Cavedon, Mauro Zacher, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Dr. Thiago manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airto Ferronato e Dr. Thiago. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e oito minutos às dezesseis horas e dois minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a assinalar o transcurso do Dia das Mães, nos termos do Requerimento nº 095/17 (Processo nº 1229/17), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, presidindo os trabalhos; e Bernadete Maria Franco Cunha, José Ricardo Calza Caporal e Wilton Araújo, respectivamente Presidenta, Secretário-Geral e Vice-Presidente da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora. Após, o presidente concedeu a palavra a Bernadete Maria Franco Cunha, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e três minutos às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. Durante a Sessão, Sofia Cavedon, Idenir Cecchim e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Cláudio Janta e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h30min): Havendo quórum passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 006/17.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 006/17.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLE nº 006/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1368/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 006/17, que autoriza o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos repassados pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul referentes ao adicional à Estratégia de Agentes Comunitários de saúde (EACS) ou Estratégia Saúde da Família (ESF) com Agente Comunitário de Saúde, como incentivo financeiro adicional e dá outras providências.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 08-05-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 006/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 006/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje, de modo especial, os nossos interessados, agentes comunitários de saúde, trabalhadores da saúde, sejam bem-vindos. Todos nós sabemos que esse recurso auxílio, ou mais precisamente, o 14º aos agentes comunitários de saúde, algo que estava sendo esperado desde o final do ano passado. Isso porque a lei federal, quando repassa o recurso para o Governo do Estado, este repassa para os Municípios e, por sua vez, os Municípios repassam aos profissionais do Programa de Saúde da Família, mais precisamente os agentes comunitários de saúde. Dessa vez, houve uma certa contradição ou até mesmo uma demora porque uma portaria do Governo do Estado, do ano passado, exigia uma lei

própria para cada Município, uma vez que alguns Municípios do Interior do Estado não pagavam esse 14º, compravam equipamentos. Por essa razão, essa portaria do Governo do Estado, que, para nós, não teria mudado muito, porque, quando foi constituído o IMESF já havia uma emenda na constituição do IMESF, apresentada por este Vereador, naquela época, que garantia esse repasse. Então, essa lei, para nós, não muda muito, apenas confirma aquilo que já estava garantido há anos. Portanto, a lei é fundamental na medida em que o próprio Secretário diz que só repassa se houver uma nova lei, e, por isso, demorou esses três meses, porque o Secretário da Saúde repassa à Procuradoria; a Procuradoria repassa ao Prefeito; o Prefeito manda para a Câmara, e a Câmara tem que fazer essas Sessões em ritmo de urgência. Por isso, louvamos e agradecemos aqui a todos os Vereadores e Vereadoras que estão se empenhando nesse processo de agilidade para o recebimento desse recurso, que já está na caixa do IMESF, já está disponível. A primeira emenda trata de que todo o ano, quando o Governo do Estado já tiver repassado esse recurso para o Município, o Município terá que repassar para os agentes em, no máximo, trinta dias. Portanto, se não repassar, terá correção por aquele período. A segunda emenda diz que poderá “repassar” – Não! Esse recurso é garantido, ele “deverá” ser repassado; por isso, será uma pequena mudança de uma palavra, que não muda em nada o projeto; pelo contrário, nos dá a segurança de que esses trabalhadores não só receberão esse recurso em dia, mas que também sejam valorizados pelo excelente trabalho que fazem. Por isso, em nome da Bancada do PT, em nome de vários Vereadores, quero agradecer essa mobilização e esse entendimento de que hoje, com certeza, votando-se na Reunião das Comissões Conjuntas, como foi a pauta e o projeto, hoje mesmo vai para o Governo municipal e, com certeza, amanhã esses trabalhadores receberão o recurso que está disponível em caixa. Uma boa luta e até a vitória, companheiros.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 006/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Presidente Cassio; demais Vereadores e Vereadoras; os agentes comunitários de saúde que nos dão a honra de se mobilizarem e estarem presentes nesta Sessão. Eu falo em nome do PSOL, dos Vereadores Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, e nós tivemos um trabalho importante também. Aqui está o Dr. Marcelo Rocha, que, além de médico, é chefe de gabinete e militante da área da saúde, está aqui fazendo o trabalho da comunicação. Era uma obrigação do Governo fazer esse pagamento que, na verdade, está atrasado, já era para ter sido feito no final do ano. Quando as medidas burocráticas são para atrapalhar o povo, elas são aplicadas de modo rigoroso. (Palmas.) Já há um prejuízo. Felizmente, e nisso eu concordo com o Ver. Aldacir Oliboni, nós temos, sim, que agradecer que haja um apoio dos Vereadores e das Vereadoras para que essa gratificação, esse incentivo seja pago, porque já é uma vergonha que não tenha sido pago. E também o Presidente

Cassio Trogildo foi ágil para garantir que – feito a proposta do Governo, garantido o Governo a sua procuração – a Casa, aqui, vote rapidamente.

Eu acho que é preciso ter claro, como lição – eu falei isso numa reunião com os agentes comunitários –, apesar de ser uma obrigação do Governo, que vocês só estão recebendo agora, em maio, porque, diante do atraso, vocês se organizaram, se mobilizaram e garantiram esse pagamento. Portanto, essa vitória deve ser atribuída à mobilização que os agentes de saúde realizaram. Foi uma mobilização ágil, efetiva e capaz de conquistar. (Palmas.) Eu não tenho dúvida de que será vitoriosa, que será aprovada não somente a lei, mas serão aprovadas também as emendas.

Mas é importante ter claro que a luta continua, porque nós sabemos que os salários são muito baixos. Sabemos que o serviço é difícil, que, inclusive, continua havendo desvio de função. (Palmas.) Há agente trabalhando na administração e saindo da ponta, quando deveria ter a contratação de mais agentes de saúde. Nós sabemos que há a luta dos agentes de endemias, os quais também têm o direito a esse valor e que, infelizmente, ainda não estão contemplados. Portanto, a grande lição que fica – acho que é muito importante isso – é que, quando há mobilização, organização popular, se pode conquistar pode conquistar, essa é a grande lição. E os agentes comunitários, felizmente, têm um papel na sociedade que é fundamental, que demonstra a importância de um tipo de saúde pública ligada à saúde da família, ligada às comunidades, porque os agentes comunitários são fundamentais para redução de uma série de problemas de saúde. Sem eles, nós teríamos problemas ainda muito mais graves do que os problemas que nós temos hoje. Então, nós temos que valorizar essa profissão. Falam muito em priorizar a saúde, dizem que é prioridade, mas os agentes comunitários ganham menos de R\$ 1,5 milhão, que é um salário que não garante a dignidade necessária para realizar um trabalho tão árduo, tão duro e tão arriscado como o que os agentes da saúde fazem. Então, nós aqui estamos cumprindo uma obrigação, evidentemente é uma obrigação votar essa lei, mas, sobretudo, da nossa parte, vai uma homenagem aos agentes de saúde, que se mobilizaram, se organizaram e garantiram essa conquista. Portanto é uma conquista de vocês e foi a ação de vocês que fez com que a Câmara Municipal votasse de modo ágil essa medida. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 006/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, falo aqui como Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, desta Casa, e também em nome da Bancada do PMDB, do Líder Idenir Cecchim, Vereadores Mendes Ribeiro, Comandante Nádia e Valter Nagelstein. É importante destacar que essa mobilização dos agentes comunitários de saúde para conquista e efetivação de um direito que eles têm por lei, e que houve sensibilidade desta Casa em acolher o pedido desses profissionais fundamentais para a atenção primária em saúde na Capital, ela não

é uma conquista que pertença a um partido ou a um Parlamentar, ela é uma conquista da Cidade. E isso é uma preliminar que demonstra a grandeza que tem a Câmara de Vereadores em se unir coletivamente, acima das diferenças ideológicas, e acima até do enfrentamento da situação dos independentes e da oposição com um assunto de interesse público desta relevância. Recebemos pela COSMAM, o Ver. Oliboni, que inclusive emendou o projeto, é um dos integrantes, recebemos do Movimento Transparência, que, num primeiro momento, soube abordar a dificuldade enfrentada pelo agentes, e hoje estamos aqui num esforço, e há que se reconhecer da presidência também, Ver. Cassio Trogildo, que encampou essa demanda, em caráter extraordinário, fazendo a votação e rogando para que o Poder Executivo, o mais breve possível, possa efetuar o pagamento. O cenário é de dificuldade financeira, é de crise nas contas públicas, mas não podem pagar a crise nas contas públicas o cidadão que mais precisa e os servidores que atuam nas áreas essenciais. Por isso, temos percebido e acompanhado muitos avanços na área da saúde, algumas promessas de campanha já sendo concretizadas, outras, ainda não e sem perspectiva de ocorrer, mas pelo menos temos tido, por parte da gestão atual da Secretaria Municipal da Saúde, abertura ao diálogo. E foi essa abertura que possibilitou a votação, elaboração e garantia dessa conquista a partir do projeto para os agentes comunitários de saúde.

Então, fica a mensagem encaminhada aqui pela nossa Bancada do PMDB e também pela responsabilidade que tenho como Presidente da COSMAM. Saibam que a COSMAM é um espaço plural, democrático para que vocês, a cidadania, a população de Porto Alegre, os usuários do SUS, levem as pautas que reclamam, que elogiam, mas que, acima de tudo, queiram melhorar a prestação de serviços em saúde em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 006/17.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente Cassio; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; agentes comunitários de saúde presentes à Sessão da tarde de hoje; direção da ACM, Caporal, Marco; direção da ASFEE, boa tarde. Quero dizer que esse esforço coletivo se deveu ao fato de ser uma reivindicação justa e legal. É importante destacar que a Secretaria, e temos que fazer esse reconhecimento, agiu de forma legal nesse processo. E aqui fala um Vereador independente. Agora dá para entender a diferença entre ser independente e ser oposição ortodoxa. Nós estamos aqui reconhecendo o esforço e a mobilização dos agentes, numa situação justa e legal. Nós estamos aqui reconhecendo o esforço coletivo, multipartidário, como bem disse o Vereador que me antecedeu, o esforço de todos os partidos, Ver. Cecchim, na construção desse processo. E nós estamos aqui, Ver. Carús, também reconhecendo o Executivo, o Secretário Erno, que, no momento prioritário – falo também pelo bloco independente –, no momento

fundamental de posicionamento, tomou posição e dirimiu qualquer dúvida no que se refere ao desejo da Secretaria de fazer o pagamento aos agentes comunitários de saúde.

Agora, eu quero dizer da função que vocês exercem, que é fundamental também para a Cidade. A função dos agentes comunitários de saúde é fundamental para a Cidade, no que se refere à promoção e proteção da saúde, fazendo a prevenção dos problemas de saúde. Ela é fundamental para diminuir o absenteísmo, a falta às consultas especializadas. Mas isso só poderá ser feito com todas as unidades completas e todas as regiões da Cidade guarnecidas por agentes comunitários de saúde. Parabéns a vocês pela luta, a luta é justa, contem com a nossa participação, minha e do Ver. Pujol, do Ver. Conceição, que esteve aqui nos representando em reunião com vocês, contem aqui com os Vereadores independentes, do PRB, do Ver. José Freitas e Ver. Alvoní, do PSB, do Ver. Ferronato e Ver. Paulinho, da Rede, do Ver. Mauro Pinheiro. E com relação às emendas, em específico, quero dizer, destacar e deixá-los tranquilos, não modifiquem nada a redação, poderá e deverá, no contexto dessa frase. Não modifiquem nada. Podemos até aprovar as emendas, mas não há nenhum prejuízo nesse sentido. Com relação à segunda emenda, do pagamento, que coloca em até 30 dias, quero dizer para vocês que o Secretário já se dispôs e vai fazer isso independentemente da emenda também, antes dos 30 dias. Eu quero dar essa informação para vocês. Quero mais uma vez enaltecer a mobilização de vocês pelas redes sociais, pelos contatos, quero agradecer em conjunto pelo conjunto das lideranças desta Casa que foram sensíveis, a Presidência foi sensível a esse processo. E, sem dúvida nenhuma, quero agradecer a presteza do Executivo Municipal que nesta questão não faltou e foi extremamente proativo, ajudou muito nesse processo. Parabéns a todos. Que vocês possam, cada vez mais, com tranquilidade, desenvolver o trabalho de vocês, que é fundamental para a Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 006/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Cláudio Janta, presidindo os trabalhos neste momento; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara, eu queria primeiramente saudar os agentes comunitários de saúde que aqui estão presentes e dizer que é uma grande satisfação poder ter vários de vocês como verdadeiros amigos. Foi, sim, uma luta com vários anos, Ver. Robaina. Inclusive eu, o Ver. Robaina, o Ver. Adeli e o Ver. Oliboni participamos de um grupo de WhatsApp com diversos agentes comunitários de saúde. Eu venho aqui para dizer que esta luta a diversas mãos... Vou colocar minha visão do fechamento disso, Cláudio, que preside a Associação dos Agentes: eu não posso concordar com a questão do atraso, e que uma questão burocrática desta vez fez com

que atrasasse. O mesmo grupo de que participo o senhor participa. Perguntamos: “Quando normalmente é paga a bonificação?”, “Normalmente entre março e abril”. Deu um pequeno atraso agora porque já foi aqui explicado, Ver. Carús, que o Governo do Estado baixou uma portaria em novembro do ano passado. Até seria de se cogitar de ser através de uma portaria. O Governo do Estado poderia, Marcelo, que acompanhou muito este trabalho, determinar que os Municípios fizessem uma lei para regular. Poderia ser cogitado, mas seria comprar uma briga com o Governo do Estado que não seria necessária. Eu, inclusive, sugeri ao Secretário Erno que entrasse em contato com o Secretário Gabbardo para verificar se era possível modificar a portaria. Não foi possível, porque diversos Municípios já haviam se adequado à nova portaria. Então, não seria justo que Porto Alegre, que não se havia adequado, pedisse uma mudança da portaria, tendo em vista que diversos outros Municípios já se adequaram.

O Ver. Dr. Thiago também participou muito, engajado neste processo, e o Ver. Adeli disse lá no grupo – o que quero aqui salientar – que os agentes comunitários de saúde procurassem todos os Vereadores, e, se eles não procuraram todos, quero dizer que tenho convicção de que todos entenderam qual era o problema e a necessidade de se fazer rapidamente este ajuste. O Governo acabou se movimentando rapidamente, mandou o projeto para cá; o projeto chegou na quinta-feira; foi apregoado; solicitamos à Procuradoria da nossa Câmara que desse prioridade número um à análise deste projeto, o que foi feito; e, hoje, segunda-feira, com o parecer da Procuradoria, fizemos duas Sessões Extraordinárias para cumprir o Regimento, para que pudessem correr duas pautas, Ver. Oliboni; fizemos a reunião conjunta das Comissões para aprovar o projeto, e estamos, agora, Ver. Mauro Pinheiro, nos encaminhamentos para podermos votar.

Quero dar os parabéns aos agentes comunitários de saúde. Realmente, foi fruto da mobilização, do entendimento do conjunto desta Casa de quão importante a atribuição que desenvolvem os agentes comunitários de saúde, de quão importante é esta função na prevenção na saúde da família e o quanto também o Governo Municipal, esta nova gestão e a gestão passada, reconhecem a importância do trabalho de vocês. Muito obrigado pelo trabalho de vocês. Parabéns e continuem mobilizados. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 006/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, sobretudo aos valorosos agentes comunitários de saúde que estão aqui neste momento de vitória de uma luta importante da categoria. Falo em nome da bancada de oposição – do PSOL, do PT e dos partidos que fazem oposição ao Governo Marchezan aqui na Câmara –, nós não temos dúvidas de que o envio desta legislação para cá com essa

celeridade e também a votação, hoje, já com duas sessões de pauta, com reunião conjunta das comissões para serem votadas são fruto da mobilização e refletem uma conquista de cada um de vocês que lutou, que participou de reuniões, que se mobilizou, que pressionou os Vereadores, que pressionou o Governo Marchezan para que esta lei viesse para a Câmara de Vereadores. Assim como é fundamental discutir o tema da falta de profissionais da área da saúde, o Ver. Roberto Robaina falou muito bem do tema do desvio de função que vocês sofrem cotidianamente no local de trabalho, falou dos baixos salários para quem está lá na ponta – como vocês, promovendo a saúde e fazendo uma saúde preventiva para a nossa população –, falou da demora – nem precisaria vir toda essa mobilização, não é, Robaina? –, deveria ser uma lei encaminhada imediatamente, porque é uma adequação a essa portaria, uma determinação estadual e federal. Aliás, o Guilherme Todeschini e vários outros alertam que poderia também ter sido usada a legislação do IMESF, o art. 24, e já, imediatamente, ser concedido isso que também é uma conquista no salário, é uma complementação que é uma conquista para a categoria. E a gente sabe que, infelizmente, no Brasil, para o povo ganhar direitos é todo um processo de mobilização. Se não tem luta, lamentavelmente os governos não só não mandam projetos para melhorar a vida de vocês como mandam projetos para piorar, como é o caso do pacote que tramita neste momento e quer congelar os salários dos municipais, ou como é o caso dos projetos que tramitam lá no Congresso Nacional, enviados pelo Governo ilegítimo do Temer, a reforma da Previdência para que nós todos nos aposentemos bem velhinhos ou, pior, morramos sem nos aposentar; ou a reforma trabalhista, que rasga a CLT para que a elite, os grandes capitalistas possam explorar ainda mais a mão de obra de cada um de nós, de cada trabalhador, de cada trabalhadora. E as mulheres, que recebem menos, embora cumpram as mesmas funções, são as mais prejudicadas pela informalidade, por rasgar a CLT e também por uma reforma da previdência que desconsidera a dupla e a tripla jornada de trabalho. E essa demonstração na tarde de hoje, que é uma tarde de conquista, é fundamental ser reivindicada como parte desse movimento, desse movimento por mais direitos, desse movimento em defesa da saúde pública, desse movimento pela valorização dos agentes comunitários de saúde, mas muito mais do que isso, pela garantia da ampliação do atendimento em saúde, de ampliação das Estratégias de Saúde da Família. E também a necessidade da contratação pelo concurso público, Ver. Aldacir José Oliboni, dos técnicos em enfermagem, os enfermeiros, as enfermeiras, os assistentes sociais que faltam em todos os hospitais e prontos atendimentos de Porto Alegre. Então nós, da oposição, queríamos parabenizá-los pela conquista na tarde de hoje. Contem conosco no voto, mas muito mais do que no voto, contem conosco nessa luta árdua e necessária em defesa dos direitos da classe trabalhadora brasileira. Boa luta e contem conosco! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 006/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, membros desta Casa, agentes de saúde que aqui se encontram, novamente esta Casa mostra que, quando a política quer e deseja, a política consegue realizar. Todos nós aqui fomos procurados pelos agentes de saúde e passamos ao Presidente a incumbência de tocar esse assunto. E o Presidente encaminhou, junto com outros membros desta Casa, e conseguimos, como já vários relatos aqui, rapidamente, que o Governo encaminhasse para cá, junto com o Secretário da Saúde, o Erno, este projeto que assegura o pagamento aos agentes comunitários de saúde. Isso é fruto da luta das senhoras e dos senhores. Isso é fruto dos contatos que as senhoras e os senhores têm com todos os membros desta Casa, com todos os agentes desta Casa, como também da mobilização que tiveram. Agora, nós não podemos, também, em um projeto que foi construído por várias mãos, um projeto que foi construído pelo Governo, o Secretário do Governo, um projeto no qual essa Casa se empenhou, para o qual fizemos reunião conjunta das Comissões para discutir, onde a CCJ se reuniu extraordinariamente e fez o parecer necessário, e corremos o risco de ter um veto a esse projeto que foi construído a várias mãos. E agora o que não foi construído: aparecem duas emendas a esse projeto. Elas não foram construídas com o Governo, não foram construídas com a Secretaria da Saúde e com o Secretário Erno. Se essas emendas forem aprovadas – a nossa orientação é pela não aprovação delas – o projeto provavelmente será vetado, nós estamos entrando na seara do Executivo. Nós queremos que, imediatamente, os agentes comunitários de saúde recebam, queremos que, imediatamente, o projeto entre em vigor, seja sancionado pelo Prefeito nesta semana, que possa ser encaminhado e cumprido pelo Executivo, mas não podemos, após acordo feito por várias bancadas, com a Secretaria de Saúde, com o Executivo, chegar no dia de hoje, após o projeto ser discutido e debatido na reunião conjunta, após o projeto ser acordado com as bancadas, apresentar duas emendas que não dizem nada com o projeto, que tira poderes do Executivo, que vai vir com vício de iniciativa trancando o projeto dos senhores e das senhoras. Venho aqui dizer, com muita sinceridade, que o nosso objetivo é aprovar o projeto como ele foi construído por todas as bancadas, o nosso objetivo é que as senhoras e senhores recebam o mais rápido possível, que não seja trancado o projeto, porque se essas emendas por acaso vierem a ser aprovadas, tenho certeza absoluta de que será trancado o projeto, pois terá o veto a essas duas emendas, terá que vir para casa o veto, terá que ter o parecer da CCJ e terá que ser votado de novo neste plenário. Então encaminhamos aos Pares para que cumpramos o acordo feito e votemos exclusivamente o projeto como está, não aprovando as duas emendas apregoadas porque não fazem parte de toda a negociação e conversa que tivemos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 006/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste, quero fazer um cumprimento especial aos agentes de saúde que estão aqui presentes; quero ser bem breve, Ver. Cassio Trogildo, porque temos a homenagem ao Ver. João Antonio Dib, que está presente, aguardando, para dizer que sou totalmente favorável ao projeto de lei. A nossa Bancada votará a favor e quero dizer que vocês realizam um trabalho essencial para a saúde, principalmente, nas unidades básicas. Então, vocês merecem todo o apoio desta Casa sempre. Vocês são fundamentais na saúde no Município de Porto Alegre. Então, somos totalmente favoráveis aos postos de saúde e aos agentes. Votaremos a favor do projeto. Quero concordar com o Ver. Cláudio Janta, votando naquilo que foi acordado com a Secretaria da Saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 006/17. (Pausa.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: As emendas não estão destacadas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não, não estão destacadas.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Só queria esclarecer, não é defesa, é apenas um detalhe técnico, quando uma Emenda é vetada pelo Governo, o texto da lei vale imediatamente. Ele não fica suspenso até votarem o veto.

O SR. IDENIR CECCHIM: Depois da confirmação da Ver.^a Sofia de que as duas emendas são, puramente, para a “jogar para a torcida”, que não vão fazer falta nenhuma no projeto, eu acho que ela poderia ter a dignidade de retirar as Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01 ao PLE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM**, 22 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 02 ao PLE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM**, 23 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Informo as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores e os agentes comunitários de saúde que a redação final do projeto está sendo concluída e que a nossa ideia é, ainda hoje, encaminharmos o ofício para o Prefeito Marchezan com a redação final do projeto. Agradecemos a todos.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, quero agradecer pessoalmente ao teu empenho. Nós sabemos que, se o Presidente não está acordando com esses encaminhamentos feitos na Casa, tem muitas coisas que não andam; portanto, nós temos uma enorme gratidão pelo teu esforço, pelo teu trabalho em agilizar o processo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Oliboni, mas eu quero aqui dividir esse agradecimento com os nossos 36 Vereadores – em especial, com os 33 que estão presentes aqui –, que compreenderam a necessidade dessa urgência. Divido com toda a Casa. Os grandes responsáveis foram os Vereadores, cada um deles, para que pudéssemos, hoje, rapidamente, ter aprovado esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h16min): Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, galerias, colegas, este final de semana, confesso que foi um dos mais difíceis que passei nos últimos anos da minha vida. Para nós, da causa animal, e tem aqui algumas protetoras que sabem do que estou falando, protetores do País inteiro voltaram os olhares para Porto Alegre por uma situação que eu jamais pensei passar. Aqui não se trata de críticas a um ou a outro governo, até porque o que tratamos nesse final de semana iniciou no outro governo. Mas vazou a informação de que 300 animais iriam para eutanásia. Nós lutamos todos os dias pela vida. Cada protetor, cada protetora aqui sabe do que estou falando. A gente luta em muitos municípios para que as zoonoses não tratem os animais como números. Sexta-feira, recebi a informação de que, no dia 18 de fevereiro, havia um acordo entre a Secretaria da Saúde, o Ministério da Saúde, a Vigilância Sanitária e, lamentavelmente, a Secretaria dos Animais, pela qual eu luto em sua defesa arduamente. Muito me constrangeu ver a Secretária Interina dos Animais aceitar esse acordo, ela, inclusive que é vinculada a uma Deputada da nossa causa animal, e que vocês bem conhecem, Cecchim, e que, na sexta-feira, veio fazer uma denúncia – como se não soubesse de nada –, de um acordo de 90 dias atrás, que haveria 300 animais para eutanásia. Pois bem, eu liguei para o Secretário Erno, e tenho que falar da importância que o Erno teve naquele momento. Passei a noite de sábado para domingo falando com ele, e ele me relatou exatamente o que estou falando aqui, que foi um acordo feito há 90 dias, em que morreriam 300 animais. E eu quase infartei, ouvindo isso, pela vergonha que eu teria de estar num Município que fizesse isso. A proteção animal se organizou para, no domingo, ir na Veterinária que estava contratada para fazer a eutanásia desses animais.

Eu falei com a Secretaria dos Animais e disse claramente que, se houvesse essa eutanásia, eu vazaria esse documento que tem o acordo. E eles voltaram atrás,

Mônica. Voltaram atrás. E eu espero que voltem atrás, porque estou entrando com o Ministério Público para acompanhar esse caso. E aqui nós temos a frente parlamentar, e espero que todos os Vereadores, Nádia, Cecchim, que eu sei que são sensíveis, participem. Porque vai ser uma vergonha para o Município se houver uma morte. Eu tenho as imagens dos animais, tenho advogada, a Márcia Soares, que acompanha esse tema, desde o primeiro animal que teve Leishmaniose, no outro governo, e que ela teve que lutar, arduamente, para segurar esse animal vivo. E agora resolver isso de forma fácil não seria a solução. Eu quero dizer que nós não vamos permitir... E que bom que o Secretário Erno tem sido parceiro em ouvir agora, inclusive, me dizer, eu vou lá para construir a solução.

A solução que deveria ter sido apresentada pela Secretaria dos Animais! Que deveria ter sido apresentada pela SEDA! Eu defendo a SEDA, mas me constrange muito uma Deputada publicar, como se não soubesse de nada, sendo que o acordo foi feito pela SEDA. E eu, sexta-feira, ficar sabendo disso! É vergonhoso! Eles tiraram da última hora. E não é o Melo e não é o PMDB. É especificamente essa Deputada que tinha indicado na Secretaria, aceitar esse acordo. Que entregasse o cargo e não assinasse o acordo dos 300 animais! Foi feito um acordo, e eles assinaram em 90 dias, e vão para a rádio agora dizer que não sabiam de nada! A proteção animal não vai aceitar. E que bom que o Secretário de Saúde se abriu para conversar, porque quando eu falei para o Secretário, eu disse, no sábado: “Eu assumo esses animais, eu assumo economicamente esses animais.” Os 14 que estavam e, graças a muita pressão e a Deus, eu fiquei sabendo, na sexta-feira, se não nós teríamos os 14 primeiros mortos, seria capa de jornais no mundo inteiro e iria ser uma vergonha para Porto Alegre.

E eu não quero aqui fazer acusação ao Prefeito nem ao Secretário, eu quero simplesmente que esses animais não morram. Lamentavelmente, a Secretaria dos Animais fez um papelão nessa história, porque somente quando eu fiquei sabendo, em posse do documento que o secretário de saúde me entregou, que eles foram dar alternativa. Se não, eles iriam se esconder e colocar (O Ver. Rodrigo Maroni, em requerimento, solicitou a retirada de expressões do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.), desculpa, do Secretário de Saúde, porque não é aceitável. Eu vou defender aqui com unhas e dentes a Secretaria dos Animais porque é alguma coisa, mas é lamentável o papel da Secretaria, se não se responsabilizar por esses animais, que tenha vergonha na cara e assumam, tanto a Secretária, quanto essa Deputada que assumam, sabiam há 90 dias e não fizeram nada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Servidores da Fundação de Economia e Estatística - ASFEE -, que tratará de assunto relativo à importância das fundações gaúchas e da Fundação de Economia e Estatística. O Sr. Tomás Pinheiro Fiori, representando ASFEE, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. TOMÁS PINHEIRO FIORI: Exmo. Srs. Vereadores do Município de Porto Alegre, queridos colegas servidores da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, demais presentes, uma boa tarde! É com muita honra que me vejo novamente na difícil tarefa de representar a nossa instituição em defesa de valores que acreditamos serem fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País. No entanto, diferentemente do que alguns que sabem da nossa condição podem pensar ao me ver subir a este microfone, não estou aqui para pedir clemência, e sim para mostrar, em poucos minutos, por que sairemos vencedores desse triste capítulo da nossa história. Há exatos 140 dias, em 20 de dezembro de 2016, às vésperas do Natal, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a nossa Casa do Povo, presentearam as famílias de mais de 1.200 servidores, que dedicam suas vidas a serviço da sociedade, com a aprovação do PL nº 246, de 2016. Em regime de urgência, a toque de caixa, como uma justificativa que, descontadas as frases meramente formais, soma três linhas de texto genérico sobre a crise e a modernização do Estado, os nossos atuais governantes autorizaram a extinção de órgãos que há quase meio século contribuem de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos gaúchos. Naquele dia fatídico, nem um único Deputado governista se dignou a subir ao microfone do Parlamento estadual e explicar à população do Rio Grande do Sul o conteúdo técnico e a suposta racionalidade de tal ato. Esse é o respeito que merecemos como cidadãos e trabalhadores honestos? Com serenidade e cabeça erguida, mostramos diariamente aos gaúchos que o diagnóstico que levou a tal obra de alienação foi fruto da mais pura ignorância – ignorância, no sentido literal, como define o nosso Dicionário Aurélio: “falta de ciência ou de saber”. Mantivemos o nosso trabalho cotidiano de produção e difusão do conhecimento, ainda assim, nesse processo, fomos alvos de campanhas diárias de difamação. Nossa instituição, reconhecida nacional e internacionalmente pelos Pares devidamente credenciados, foi chamada de cabide de empregos, embora não haja um único CC trabalhando nas suas dependência e os seus servidores tenham entrado pela porta da frente, por seu mérito, por concurso público. Não foram poupados esforços para distorcer a nossa imagem perante a população, como na tentativa de pinçar títulos de trabalhos veiculados em nossas revistas, cuja grande maioria sequer foi produzida por nós ou mesmo escrita há mais de trinta anos. Se o neologismo da moda após verdade nos trouxe algum benefício, foi o fato de ter popularizado que aprendemos nos primeiros passos da vida como pesquisadores. O excesso de informação e a não certificação de sua qualidade podem fazer mais mal que a sua completa ausência. Como essa é a nossa especialidade, trago-lhes alguns dados

reais. Nos últimos oito anos, portanto, ainda desde o Governo Yeda, a FEE contratou 60 novos pesquisadores e outros 32 servidores em áreas de apoio técnico e administrativo, logrando, ainda assim, em reduzir em 25% o seu quadro de pessoal e em quase 40% as suas despesas reais. Com as aposentadorias iminentes, o nosso quadro deve-se estabilizar em torno de 110 funcionários, 100 dos quais o Governo pretende demitir. A completa extinção da FEE, como planejado pelo Governo do Estado, com a efetiva demissão daqueles que ainda não conquistaram a estabilidade judicialmente, representaria uma redução de menos ou pouco mais de 0,02% no total das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual de 2017. Se o Orçamento do Estado fosse um salário mínimo, isso representaria um corte de despesas de aproximadamente R\$ 0,20, atrelado a ele, uma enorme insegurança jurídica e a queima de um estoque de 43 anos de conhecimento e de uma nova geração de servidores, que chega agora ao ápice da sua curva de aprendizagem. Além disso, a FEE de hoje é, sem sombra de dúvidas, o órgão público com o plano de carreira mais moderno do Estado do Rio Grande do Sul. Em vigor há pouco mais de dois anos, ele permite quantificar exatamente o que é produzido para fins de ascensão meritocrática, o sonho de todo gestor privado. No último levantamento consolidado, a manutenção, revisão e criação de indicadores e serviços diretos à população representaram 45% das horas produtivas dos nossos pesquisadores. As análises que traduzem esses e outros dados sobre o Rio Grande do Sul, seja para a nossa sociedade, seja para nossos governantes, por sua vez representaram outros 32% das horas produtivas dos nossos trabalhos, enquanto 10% foram direcionadas às assessorias customizadas, a outros órgãos do Governo; 3% a entrevistas, e apenas 10% à produção de conteúdo mais teórico e análise de conjuntura nacional e internacional, afinal de contas, não estamos isolados do resto do mundo. Senhores, o que não faltam são evidências, para quem quiser ver, de que a modernização do Estado do Rio Grande do Sul começou há muito mais tempo na nossa instituição. Uma instituição, além de moderna, deve ser independente, deve oferecer continuidade à produção de estatísticas e de análises, afinal a FEE tem por objetivo justamente disseminar e traduzir informações confiáveis e promover, com isso, a eficiência das ações públicas e privadas como função de estado permanente prevista no parágrafo único, do art. 168, da nossa Constituição Estadual. Para se ter uma ideia, em projetos recentes com a Procuradoria-Geral do Estado, um trabalho da FEE deu embasamento técnico para sustar o pagamento mensal de mais de R\$ 300 milhões da dívida com a União. Outro projeto, o Recupera+R\$, que visa aumentar a eficiência na recuperação da dívida ativa do Estado – que hoje gira em torno de R\$ 32 bilhões – também foi oriundo do nosso apoio técnico. Pareceres para a Fepam, elaborados por sociólogos e economistas da nossa fundação, ajudaram a viabilizar projetos de investimento da ordem de R\$ 7 bilhões nos próximos 5 anos.

A isso se somam projetos como a programação do Caixa Único, junto à Secretaria da Fazenda, a fim de, justamente, minimizar os atrasos de salários no período de crise, lição que o meu amigo, Secretário da Fazenda do Município, Leonardo Busatto, pode levar para a nossa nova gestão municipal. As estimativas de população flutuante no Litoral Norte, que facilitam o planejamento da alocação de efetivo da

Brigada Militar; indicadores de necessidade de creches e mapeamento de crianças em situação vulnerável, permitindo avaliar a cobertura da rede estadual e o dimensionamento de equipes do programa Primeira Infância Melhor.

Os nossos tradicionais indicadores, como o PIB, o Idese, os dados de exportações, de vendas do comércio e etc. são utilizados no planejamento público e privado em todos os setores, inclusive por obrigação legal. Como fazer a distribuição de vacinas sem uma correta estratificação das populações municipais do nosso Estado?

Certamente é do conhecimento dos senhores a contribuição de mais de duas décadas da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana para o planejamento da nossa leal e valerosa cidade de Porto Alegre.

Além do mais, é impossível contar a história socioeconômica do Rio Grande do Sul sem recorrer aos estudos da FEE, desde o Império até as complexas relações de uma economia globalizada e profundamente heterogênea como a que vivemos hoje, em que muitos gaúchos vivem em padrões socioeconômicos da primeira metade do século XX, enquanto apenas alguns experimentam padrões de consumo, de renda de primeiro mundo.

Foram as interpretações da FEE que inspiraram bilhões de investimento federal no Polo Petroquímico de Triunfo; a consolidação do setor metal mecânico e indústria automotiva, a compreensão do papel da agropecuária e dos eventos climáticos no desempenho do PIB do Estado e de nossa participação na riqueza nacional, os programas para desenvolvimento da Metade Sul, o recente destaque para perda dramática de população na região noroeste e oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Enfim, quantas políticas públicas, quanta produtividade e, conseqüentemente, quanta arrecadação é alavancada com o trabalho da FEE. Quanto vale tudo isso? São benefícios incomensuráveis que se propagam pela produção de conhecimento, é o que nós, economistas, denominamos bem público. Eles não refletem nos dados contábeis porque eles não são vendáveis, mas servem como insumo que potencializa todo o resto, e por isso que a sociedade paga por eles.

O conhecimento é a base de qualquer sociedade avançada, mas a sua produção exige longos anos de acúmulo e incerteza e uma corajosa dedicação que é individual e social para a construção de um mundo melhor.

Como uma instituição pública independente, livre de interferência política, a FEE é uma marca de 43 anos, que representa credibilidade, transparência e isenção, conquistando reconhecimento nacional e internacional como órgão que avalia e arbitra entre diferentes visões de mundo sobre a realidade gaúcha produzindo consensos e acordos com legitimidade entre os mais diferentes grupos de interesse da sociedade. Como função de Estado, pensando em todos e para todos!

É por isso, senhoras e senhores, que hoje eu rogo a todos, independentemente de ideologia ou partido: juntem-se a nós nessa batalha para reverter uma insensatez que custará décadas de investimento ao povo gaúcho. Ainda há tempo de mostrar a grandiosidade que só os verdadeiros líderes são capazes de ter e reconhecer o erro de avaliação que foi cometido.

Embora não saibamos qual será o resultado desta batalha, tenho convicção na vitória. Pode não ser hoje, pode não ser amanhã, mas venceremos porque essa é a nossa guerra. A guerra contra a ignorância e o atraso, a guerra pela ciência e pelo progresso, que não começou há 140 dias, que está no nosso sangue e a que nos alistamos oficialmente no dia em que assinamos nosso contrato de trabalho em uma instituição de pesquisa. Muito obrigado! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Sr. Tomás Pinheiro Fiori, economista. Convido-o para compor a Mesa.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Falo em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa; cumprimentar o Tomás, cumprimentar o conjunto dos funcionários e funcionárias da querida Fundação de Economia e Estatística. A sua fala mostra o quanto de inteligência e o quanto de estratégica tem a função desta fundação. Portanto, só quero acrescentar que a nossa bancada fez, através dos nossos Deputados Estaduais, um combate muito forte junto com as demais fundações para que não se cometesse o equívoco, o erro de acabar com a inteligência do Estado. Quero acrescentar que há contradições e controvérsias, inclusive em figuras públicas, intelectuais, ligadas ao próprio Governo, que consideram o que você colocou com muita propriedade em três linhas, que não houve estudo das consequências da extinção de órgãos do calibre e da importância da fundação. Portanto, a nossa responsabilidade em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul é tentar reverter que essa autorização não seja levada a cabo, nós estamos perfilados nesse sentido. Quero chamar a atenção que, inclusive, o Senador Pedro Simon se manifesta no Jornal Já, que todos Vereadores recebem, que o Dr. Brum Torres também, inclusive escutei uma palestra dele sobre a inconsistência de uma atitude como essa, porque teria que haver um estudo muito mais importante para se tomar um encaminhamento desses, mas também sobre a pouca implicação ou resolução no argumento utilizado, que é resolver o problema do Estado. O valor é muito pequeno para a enorme consequência ou enorme capacidade de angariar recursos ao subsidiar o Governo o seu planejamento na sua gestão, nos seus indicadores, na atuação, inclusive, da iniciativa privada.

Parabéns pela luta. Não é uma luta corporativa, é uma luta da sociedade gaúcha, e Porto Alegre quer ajudar nela.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, eu aqui não vou tentar dividir, porque, na verdade, sou economista de formação, então, por muito tempo frequentei, principalmente na vida acadêmica, a FEE, e convivi com muitos professores da PUC que são oriundos da FEE, então vem daí já esse carinho pela nossa querida Fundação. Acho que o grande debate que estamos fazendo no momento, diante da crise do Estado e do País, e que há grande discussão, olhem o tamanho do Estado. Nós temos que pensar naquilo que é estratégico e naquilo que realmente pode ser discutido sob um novo olhar do Rio Grande.

Agora, no que diz respeito à FEE, se trata de uma entidade não só de um grande papel no Estado, na economia, mas sob o ponto de vista do olhar estratégico, porque ali nós temos o que há de melhor do corpo técnico que pensa o desenvolvimento do Estado e os caminhos que temos que tomar para sair dessa crise profunda em que nos encontramos, seja ela econômica, seja ela política, enfim.

Então, quero aqui me manifestar, como já fiz em outros momentos, fiz questão de ligar os meus professores que tenho lá, queridos, manifestar o meu apoio e dizer que, se depender da nossa bancada aqui, Ver. Márcio Bins Ely e Ver. João Bosco Vaz, e também da nossa bancada na Assembleia, nós queremos aqui fortalecer e reforçar o nosso total apoio para que a nossa querida FEE continue atuante, presente nos grandes momentos e, principalmente, no momento de dificuldade em que nos encontramos. Vocês têm aqui o nosso apoio para que a FEE continue parceira, atuante e que possamos encontrar através e com a FEE os caminhos do novo Rio Grande com que nós todos sonhamos. Contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, pelo PSOL e pelo PT, falando aqui em tempo de oposição, queria cumprimentar o Sr. Tomás Pinheiro Fiori, e cumprimentando-o, cumprimento todos economistas, trabalhadores estatísticos, enfim, que enriquecem a nossa Fundação de Economia e Estatística. E, Tomás, acho que foste muito preciso resgatando a história e a importância da Fundação para o Rio Grande do Sul, para o planejamento, para análise econômica, para pesquisa de emprego e desemprego, para formulações de políticas públicas, para análise da situação econômica do nosso Estado e outros tantos projetos que vocês têm atuando ao longo das últimas décadas; se não me engano, desde 1973. Na verdade, nós estamos vendo um projeto ser implementado no Estado do Rio Grande do Sul, um projeto de perdas irreparáveis para o futuro do nosso Estado na questão do planejamento, na formulação, no conhecimento e do próprio Estado como provedor de uma série de políticas sociais. Eu digo sempre: jamais usaria o argumento de que extinguir fundações e gerar desemprego para 1.200 pessoas extremamente qualificadas, que dedicaram as suas vidas a essas fundações, gera economia. O Governo do Sartori, de qualquer maneira, chama

de economia retirar, extinguir essas fundações, quando, na verdade, isso nem dá R\$ 180 milhões de impacto para os cofres públicos. Reduzindo diária, reduzindo verba de publicidade e cortando em 30% de CCs já garantiria essa economia de R\$ 180 milhões. E está muito longe de resolver o problema estrutural que passa, sim, pela renegociação da Lei Kandir e não aceitar mais essa agiotagem que o Governo Federal faz com o Estado do Rio Grande do Sul. Infelizmente, existe um projeto, um projeto neoliberal, um projeto de Estado mínimo que tenta atacar esse direito. Então, contem conosco em defesa da FEE, na luta em defesa dos empregos, e, a partir da ação da Justiça, segue tramitando a luta em defesa do Estado do Rio Grande do Sul. Boa mobilização, contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, eu o cumprimento, Sr. Tomás, e estendo esse cumprimento a todos os servidores da FEE e de todas as outras fundações. Pela minha formação acadêmica, como biólogo, percebi e vejo, desde o início dessa movimentação do Governo Sartori, um ataque a fundações que são importantíssimas, estratégicas em termos de planejamento e organização do nosso Estado. Todas as políticas públicas devem ser embasadas em dados e não no empirismo, naquela ciência inexata que é o “achismo”. Precisamos de dados, precisamos de pesquisa séria, pesquisa competente para o planejamento. E talvez este seja o nosso calcanhar de Aquiles: não utilizarmos justamente o conhecimento e os dados levantados a custo de muito trabalho e dedicação séria para o desenvolvimento dos projetos políticos deste Estado. Infelizmente estamos no fundo do poço e não temos uma previsão de melhora. O custo que vai ser economizado, entre aspas, com a extinção das Fundações é mínimo, e o prejuízo é extremamente amargo. Eu me solidarizo em relação a esta questão.

Estamos, desde a divulgação do pacote do Sartori, lutando em prol da manutenção das Fundações, porque percebemos que não é este o caminho. Precisamos de mais seriedade e competência para a administração, e não simplesmente fazer caixa com ataque ao que é sensível para todos nós, que é justamente a pesquisa séria e qualificada para sairmos desta crise em que nos encontramos.

Infelizmente, gostaria de observar um horizonte mais favorável a todas as nossas Fundações, mas sigamos firmes e fortes na luta. Boa tarde e um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; nosso ilustre visitante, Tomás Pinheiro Fiori; senhoras e senhores; vou falar em Liderança, em nome do meu partido, o PSB, em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista.

Nós, já no ano passado, essencialmente outros Vereadores e eu, tivemos uma série de eventos e manifestações, inclusive aqui na Câmara, pela manutenção das nossas Fundações públicas, e mais uma vez, agora, nós temos, aqui na Câmara, uma outra frente parlamentar instituída por mim, em defesa da CEEE, Banrisul, Corsan, Sulgás.

Eu vou começar, porque li agora, pelo que diz o nosso Senador Pedro Simon, do PMDB: “É um imenso prejuízo. Resolve um problema imediato e traz prejuízo imenso ao Estado a médio e a longo prazo”. E nós concordamos na íntegra. A extinção das nossas Fundações traz, sim, pouquíssimo resultado agora, a curto prazo, e, a médio e longo prazo, um enorme prejuízo à sociedade gaúcha.

Eu sou funcionário público, tenho 42 de serviço, trabalhei na União, no Estado e aqui no Município de Porto Alegre.

O nosso estimado amigo Brum Torres também diz o seguinte com relação à FEE: “Não tem outra instituição que faça o que ela faz, é um trabalho fundamental de pesquisas, de diagnósticos, de análises sobre a economia do Estado. É uma produção de conhecimento indispensável e não há quem faça.”

Eu já disse, num dos eventos que fizemos no ano passado, um pouco antes da votação, que nós temos tido governos, e não estamos falando especificamente de algum deles, que trouxeram rombos às finanças do Estado do Rio Grande do Sul.

Imaginem, meu caro Fiori e meu Presidente, governo atual e do futuro que venham a assumir o Governo do Estado sem informações, sem números e sem estatísticas; a possibilidade de equívocos será enorme! Portanto, concordo e digo o seguinte: não existe no Rio Grande do Sul e no País quem é capaz de fazer melhor do que as senhoras e os senhores fazem o trabalho ali na Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul! Se é preciso ajustar contas, falei isso inclusive ontem, num evento em que estive em Bento Gonçalves, se o Estado tem aí um rombo extraordinariamente grande, não será o corte de pequeníssimas despesas que vai resolver o problema; pelo contrário, vai piorar.

E eu tenho acompanhando há muitos anos e tenho dito da tribuna e numa série de lugares que o humano virou descartável. No passado recente as pessoas tinham orgulho de mostrar a carteira de trabalho e dizer: “Eu tenho uma assinatura só!”, o que significava dizer que ele trabalhou a vida inteira numa mesma instituição, numa mesma empresa. Hoje, a pessoa – repito – é descartável, no setor privado! E ela passa a ser também com essa pretensão do descartável no serviço público, e é um extraordinário equívoco! Nós precisamos manter as nossas fundações pelo que elas representam de serviços públicos ao Estado, serviço público de alto conhecimento técnico, de grande importância para as administrações públicas, portanto nós estamos juntos nessa jornada. Contem conosco, aquele abraço! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Eu não vou utilizar todo o tempo, Presidente, mas eu quero fazer o registro do trabalho que a FEE tem desenvolvido, nosso convidado, ao longo desse período todo. Eu, na presidência da Casa, tive a possibilidade de, inclusive, enaltecer e sublinhar todas as ações desenvolvidas pela FEE que muito ajudaram e ajudam esta Casa naquilo que se refere à estatística, à memória do Estado do Rio Grande do Sul. Eu fui pesquisar e trouxe aqui a participação, na época o Diretor Técnico André Scherer e a pesquisadora e economista Marines Grando, que participaram aqui da Sessão plenária quando esta Casa homenageou a FEE, no dia 7 de novembro de 2013. Lá a Câmara trazia a FEE para as Comunicações Temáticas, na qual a instituição comentava das atividades desenvolvidas desde o ano de 1973, ou seja, a FEE tem praticamente a minha idade. As ações que dão todo o alicerce, tanto social quanto econômico, toda a memória de pesquisa que o Estado necessita para empreender, que o Estado necessita para alavancar sua economia. Lá nós comentávamos que o planejamento estratégico e o espaço de discussão aberto e permanente eram as características da FEE e são até hoje, promovendo para uma sociedade, além de formulários *on line*, só produzidos por um trabalho de excelência, estatísticas acuradas e precisas das necessidades e das carências que a nossa comunidade têm. Então o Estado, mesmo que mínimo, o Estado, mesmo que pequeno, não pode prescindir de algumas atividades, e nós temos que ter acordo com isso. A ausência de Estado só serve para os Estados totalitários. O Estado tem que ter saúde, o Estado tem que empreender na Segurança, o Estado tem que empreender na educação, e tem que ter, sim, um alicerce de informação, de pesquisa, de inteligência capaz de promover essas atividades e é isso que estamos falando aqui na FEE. Eu quero enaltecer as atividades que vocês desenvolveram a continuam desenvolvendo e dizer que sim, somos solidários à manutenção das atividades da FEE porque elas são importantes para a questão intelectual e para a questão da economia do Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns pela disposição de vir à Casa do povo. Contem conosco naquilo que a gente puder, humildemente, ajudar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. Ao encerrar, quero agradecer muito a presença do economista Tomás Pinheiro Fiori, seja sempre bem-vindo a esta Casa. Quero agradecer a presença das senhoras e senhores, servidores da Fundação de Economia e Estatística, a quem desejo boa luta. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h58min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h02min): Estão reabertos os trabalhos.

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações, em função da homenagem pelo Dia das Mães. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia das Mães, nos termos do Requerimento nº 095/17, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Bernadete Maria Franco Cunha, Presidente da ACM/RS; o Sr. José Ricardo Calza Caporal, Secretário-Geral da ACM/RS; o Sr. Wilton Araújo, Vice-Presidente da ACM/RS e ex-Vereador, ex-Presidente desta Casa.

A Ver.^a Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora, está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo; Presidente da ACM/RS, Bernadete Maria Franco Cunha; Secretário-Geral da ACM/RS, José Ricardo Calza Caporal; nosso sempre colega e ex-Vereador, Wilton Araújo; quero cumprimentar também os representantes da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul, instituição sempre presente e participativa na nossa Câmara neste período de alusão ao Dia das Mães, boa tarde a todos. O período de Comunicações em torno do Dia das Mães é uma tradição na nossa Câmara Municipal. É uma homenagem imprescindível que fazemos a estes seres humanos especiais, que têm missão fundamental na caminhada da humanidade e na construção da sociedade. E assim damos continuidade ao que fazia questão de propor, a cada mês de maio, nesta Casa, por muitos anos, o Ver. João Antonio Dib, que se encontra presente nesta Sessão. (Palmas.) Realizamos este momento de lembrança para nos voltarmos um pouco para dentro de nós mesmos e pensarmos no real significado não só de uma data comemorativa, mas de quem está sendo homenageada. Homenageamos mulheres admiráveis que optaram por ser mães, que viram guerreiras em potencial no zelo por seus filhos, que são exímias administradoras no cuidado com suas famílias, mulheres de múltiplas qualidades em suas inúmeras tarefas e que querem sempre fazer o melhor, que não se cansam mesmo se doando o tempo todo, que se cobram e são cobradas em seu papel, que podem até errar, mas por excesso. Nisso, entra a missão de ser mãe, nesses

diffíceis tempos atuais de vida tão corrida em função da necessidade do trabalho e da busca do sustento fora de casa, quando muitas mães são chefes de família e criam seus filhos sozinhas; nesses tempos de insegurança, quando infelizmente a mãe que gera a vida pode ter o infortúnio de ver essa mesma vida perdida para a violência; tempos de mães que, divididas entre a maternidade e a carreira, têm que fazer a qualidade do tempo ser mais importante do que a quantidade e, nesse tempo, capacitar um ser humano para enfrentar a vida e as experiências boas e ruins que ela traz; tempos de necessidade de suportes eficientes dos governos para as mães trabalhadoras que precisam de locais seguros e bem assistidos para deixar seus filhos – sejam creches ou sejam escolas de educação infantil –, de necessidades de melhorias nas políticas públicas, de planejamento familiar, para termos mães conscientes e menos adolescentes; tempos de lidar com um mundo perigoso e sem limites, cercado de armadilhas, como vemos hoje pela disseminação do acesso à internet, e um exemplo disso é o recente e triste fenômeno do jogo Baleia Azul, quando a mãe tem que ser ainda mais guerreira e protetora, tem que ser uma grande observadora, conhecedora da sua prole, mediadora de conflitos e anseios, incentivadora dos bons valores e facilitadora de sonhos. Sabemos que devemos criar os filhos para o mundo, torná-los autônomos, libertos até de nossas ordens: a partir de certa idade, só valem conselhos. Ouso dizer que o amor de mãe é o maior amor do mundo todo. É um combustível, incomparável, um amor para sempre, permanente, incondicional, que não pode ser medido, apenas sentido. Mães biológicas ou de coração, que exercem o belo ato da adoção, o amor materno tem mesmo o poder de uma revolução. Alguns já não estão mais no convívio de sua mãe, mas ninguém esquece as doses de amor, a educação e os exemplos recebidos dessa, que é o esteio, que é o arrimo maior de tantas famílias. Eu, que tenho meus filhos já criados e bem encaminhados, sinto orgulho dessa missão cumprida ao compartilhar com eles cada realização pessoal, cada conquista profissional, a chegada dos filhos deles, que me tornaram avó. Minha mãe é meu porto seguro, meus filhos são meu maior projeto de vida, meus netos são minha fonte de alegria. Falando de carteirinha, digo: ser mãe vale a pena! Muito obrigada.

A Sra. Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Ver.^a Mônica Leal, parabéns por este momento de parada e de homenagem, sim, às mães. Gostaria de lembrar que, em 2011, o diretor Tom Hooper ganhou o prêmio de melhor diretor com o filme O Discurso do Rei, e, quando ele subiu para receber sua estatueta, a primeira coisa que ele falou foi que a mãe dele o havia incentivado, após fazer uma leitura dramática, a fazer daquela leitura um filme e que, se não fosse por ela, ele não teria sido um diretor que, naquele momento, estava recebendo uma estatueta do Oscar, em 2011. Isso chamou a atenção da plateia, porque foi algo que ele trouxe da sua infância. Naquele momento, ele disse: escutem mais as suas mães. Aqui eu faço uma fala: se as mães fossem ouvidas, nós teríamos menos crianças e adolescentes em situação de risco, bebendo, transitando na rua, descompromissadamente, e, com isso, sendo atropeladas, dirigindo carro sem carteira,

ou até mesmo participando da Marcha da Maconha, que é uma vergonha, tenho certeza, para muitas mães que querem o bem dos seus filhos.

Quero dizer que nós, mães, temos no DNA o amor e a proteção. E nós somos o anseio de toda a comunidade. Se as mães fossem mais ouvidas, mais segurança nós teríamos. Parabéns a nós e a todas as mães que temos os nossos melhores projetos que são os nossos filhos; parabéns às mães de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil que fazem, sim, com o seu carinho, amor, proteção, a diferença para que a gente tenha uma sociedade melhor, mais humana e mais respeitável. Obrigada.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Ver.^a Nádia.

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Mônica Leal, quero fazer uma saudação especial à Bernadete Maria Franco Cunha, da ACM, presidente da ACM do Rio Grande do Sul; ao Sr. José Ricardo Calza Caporal, que quase não é conhecido; o Wilton Araújo. Quero sublinhar o que V. Exa. tinha dito sobre a presença do Ver. João Antonio Dib que sempre propõe essa homenagem. O Ver. João Bosco Vaz, como um dos mais antigos desta Casa, também incentivador da ACM, me dizia para eu não esquecer de falar no nome do Ver. João Antonio Dib, porque ele sempre propõe esta e a homenagem ao Líbano, que são marcas registradas da via parlamentar do Ver. João Bosco Vaz. E o Ver. Pujol me advertiu para eu falar em meu nome, porque ele vai falar, porque é acemista.

Qual é a relação da ACM com as mães? Para mim é toda! Quando eu vim de Passo Fundo para Porto Alegre, a ACM me acolheu como se fosse uma mãe. Lá eu estive dos meus 12 anos até os 36, quase diariamente, com o Professor Arthur fazendo caratê, escutando muito os conselhos na juventude do Caporal e do Marco Antônio. É emocionante, tem toda a relação da ACM com o Dia das Mães, até porque o Dia das Mães começou na ACM. Certamente a Bernadete vai explicitar depois.

Acho que a pessoa que melhor traduziu o sentimento que o gaúcho tem pelas mães foi, sem dúvida nenhuma, Jayme Caetano Braun, ele dizia assim: “Mãe gaúcha incomparável/ Rainha do Céu azul/ Mãe do Rio Grande do Sul/ Mãe do centauro charrua/ Nem estrelas, nem a Lua/ Jamais te igualam no brilho/ Quando a sentença - Meu filho/Entre teus lábios flutua/ Mãe crioula do Rio Grande/ Legenda de mil amores/ Campo bordado de flores/ Delicadas, sem espinhos/ Sombra amiga dos caminhos/ És o sagrado reduto/ Onde o xiru, por mais bruto/ Aprende a beber carinhos!” Um beijo muito forte na minha segunda mãe, minha avó que não está mais aqui; um beijo muito grande na minha mãe que passa por momentos difíceis; e um beijo grande também, na minha companheira, Magda, que me deu os três filhos que eu mais adoro e mais amo neste mundo: a Maria, o João Pedro e o João Miguel. Parabéns, Vereadora.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Ver. Dr. Goulart.

O Sr. Dr. Goulart: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada pelo aparte, Ver.^a Mônica, mãe amorosa. A minha mãezinha, hoje, vai receber

um abraço, com muito carinho, porque ela completou ontem 98 anos! Eu ia cantar uma musiquinha, inclusive, ia chamar o Dr. Araújo para me ajudar. Mas vou falar então uma pequena valsinha, já que o nosso querido Dr. Thiago nos esgotou com essa bela poesia. “Ó minha mãe, minha santa querida, és o tesouro que eu tenho na vida! Eu te ofereço essa linda canção: mãezinha do coração!” Muito obrigado.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós temos, nos últimos anos, por proposição da Ver.^a Mônica Leal, marcada essa data tão importante que é o Dia das Mães. E não poderíamos deixar de registrar aqui o nosso reconhecimento a quem nos deu conforto, a quem nos deu confiança e a quem ajudou na formação do caráter de cada um, sempre aquela mão amiga, a confiança da relação mãe e filho. Nas outras oportunidades, eu sempre lia histórias de anjo, mas para não ficar repetitivo, deixo aqui um abraço fraterno. Cumprimentos, Vereadora, cumprimentos à Casa. Acho que domingo vai ser um dia muito especial para todos nós. Então, um beijo e um abraço fraterno às mães.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Ver. Márcio.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Mônica, eu não sabia que o meu colega de Bancada, o Ver. Dr. Thiago, era, além de ser um grande médico, um bom perito, um bom advogado, um excelente Vereador, um grande poeta. Se eu soubesse, eu teria aberto mão da possibilidade de fazer esse aparte, com o qual cumpro três objetivos: primeiro lhe cumprimentar pela iniciativa; segundo, cumprimentar os amigos e amigas da ACM aqui presentes, mais precisamente na figura do meu querido Dr. Araújo, nosso ex-colega e ex-Presidente desta Casa e sobretudo um grande amigo e um grande acemista. A Bernadete, que eu até me emociono em falar a respeito do que ela significa para a gente pelos seus laços familiares, e o Caporal, que como Presidente está assumindo uma responsabilidade comigo muito forte, vai ser meu *personal trainer* doravante para me salvar da velhice. Vocês, e saúdo a todos os companheiros da ACM aqui presentes e os não presentes. Uma terceira razão é que saudar o meu amigo, meu parceiro de longa data, João Antônio Dib que, ao longo de muitos anos, comandou essa homenagem e hoje é bem sucedido pela nossa querida Mônica. Então, depois da poesia brilhante do meu amigo Dr. Thiago e da canção do nosso queridíssimo Dr. Goulart, o que me resta se não dizer um beijo no coração de todos vocês. Meus parabéns a todos e viva a nossa ACM.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Mônica, primeiro quero lhe dizer que eu chorei pouquíssimas vezes no plenário desta Câmara nesse tempo todo, duas: uma na sindicância que a Neuza Canabarro fez aos funcionários municipais acerca das suas faltas ao trabalho e a outra foi no dia em que o Ver. Antônio Dib, numa das suas sessões solenes em homenagem às mães, entregou uma plaquinha que dizia que nesse dia eu representava as mães de Porto

Alegre. Eu não sei, sempre que a gente trata do tema mãe, quem é mãe se emociona, não te jeito. Eu acho que é o amor mais profundo que existe mesmo, tudo que tu disseste, Mônica, olha que a gente tem muitas divergências, eu assino embaixo, é um amor incondicional. E talvez, é a experiência mais extraordinária que a gente pode ter nessa vida a criação de um filho, e não é o nascimento do filho, é toda a vida do filho e da filha. Então, queria dizer que nós, as mulheres, a gente faz aqui muitos debates sobre o sexismo e essa determinação da mulher para o lar, o homem para fora, isso nos tira de muitas questões, inclusive da política, só que temos essa extraordinária dimensão de mãe, que gostaria muito de desejar que os pais pudessem viver nessa profundidade. Muitos pais já vivem, muitos vivem. É uma experiência tão única que não deveria ser nossa, nós poderíamos ter que poder dividir muito igualmente, desde a concepção dos filhos. Quero dizer para a ACM que sempre com seu testemunho de trabalho, e aí cumprimento a Bernadete Maria Franco Cunha, Presidenta; o Caporal e o nosso sempre Vereador, porque a ACM amplia essa dimensão de mãe. Essa saída da mulher para a sociedade foi para a área do cuidar, mas a ACM amplia porque a educação, na verdade, o trabalho com esporte, com arte, com a cultura, essa dimensão que a sociedade tinha que incorporar como um todo, dimensão do cuidado, da acolhida, do crescimento integral, do crescimento protegido, da solidariedade, dos laços de amor e de cuidado que deveriam pautar todo o trabalho de política pública, o trabalho de ação social, que a sociedade soubesse cuidar das pessoas. Que sejamos todos mães neste planeta. Parabéns a ACM! Obrigada pela cultura que vocês trazem, pelo trabalho continuado, perseverante, forte, de qualidade exemplar que muito orgulha nossa Cidade, a quem nós devemos muito agradecimento. Parabéns, Mônica, por manter essa tradição linda que o Ver. João Antonio Dib trouxe para cá, um homem coerente, que eu respeito demais e que ganhou a minha amizade profunda.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Ver.^a Sofia. Eu me sinto muito feliz e orgulhosa por ter recebido essa missão do Ver. João Antonio Dib, pelo qual tenho um carinho imenso, grande amigo, companheiro do meu pai. Creio que cumpri a missão, procurei cumpri-la da melhor maneira. Queria fazer um registro, nesta tribuna, para que todos os homens, Vereadores, assessores, todas as pessoas que trabalham aqui na Câmara Municipal olhassem para essas mulheres, Vereadoras, assessoras, funcionárias, que são mães e lembrassem, fizessem uma reflexão que elas estão, muitas vezes, aqui, cumprindo esse papel profissional, de trabalhadoras, e que, na grande maioria das vezes, deixaram um filho em casa, preocupadas com algum problema, com uma febre, com uma dor de ouvido. Isso é extremamente importante nas nossas vidas, esse olhar da mulher mãe, da mulher trabalhadora. Nós precisamos de apoio, nós precisamos de políticas públicas, e que sejam de base, no início da vida dessas crianças. Também faço um apelo ao Governo Sartori, para que cada vez mais lembre que as mães que geraram a vida não permitem, de forma alguma, perder essas mesmas vidas para a violência. Nós queremos, sim, mais segurança para os nossos filhos, para que eles tenham o direito de ir e vir com segurança, como todos nós tivemos um dia pelas ruas da cidade de Porto Alegre. Obrigada, querido Ver. João Antonio Dib; obrigada a vocês pela oportunidade.

Feliz Dia das Mães a todas as mulheres que estão na Câmara Municipal de Porto Alegre e também na nossa Cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Bernadete Maria Franco Cunha, Presidente da ACM, está com a palavra.

A SRA. BERNADETE MARIA FRANCO CUNHA: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Cassio Trogildo; Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; ex-Vereador João Antonio Dib; senhoras e senhores voluntários da ACM e plateia. Quero usar este espaço para dividir um pouco da trajetória da nossa Instituição que, no próximo dia 06 de junho, comemora, em mais de cinco continentes, a criação da Associação Cristã de Moços. Há 172 anos, em meio a uma turbulência de incertezas materiais e espirituais, que sobrecarregavam especialmente os jovens da Inglaterra, por consequência da transição econômica que ali se processava, iniciava-se a Revolução Industrial. Um jovem camponês, George Williams, com apenas 24 anos, iluminado pelo sentimento de solidariedade e fraternidade, reuniu 12 amigos e fundou a Associação Cristã de Moços. Era o dia 06 de junho. Era o dia 06 de junho de 1844, e começava a nascer um movimento fundamentado nos princípios cristãos, banindo preconceitos de raça, credo e ideologias as mais diferentes. O mundo compreendeu a proposta e a adotou. Hoje a ACM está inserida em mais de 119 países, oferecendo oportunidade para o desenvolvimento e a promoção das pessoas sob os aspectos espiritual, moral, físico e social. É uma instituição que se propõe difundir os ensinamentos cristãos, embasado no tripé: alma, corpo e mente, procurando conduzir os jovens, em particular, e a todos os demais associados, mostrando-lhes a estrada da fraternidade, da compreensão, da filantropia entre os seres humanos.

No Rio Grande do Sul, a ACM iniciou as suas atividades em 26 de novembro de 1901, e completará, portanto, neste ano, 116 anos de serviço em solo gaúcho, buscando o desenvolvimento das comunidades onde está inserida. Atua nas áreas de esporte e lazer, ensino, desenvolvimento social e necrópoles. A ACM do Rio Grande do Sul é declarada legitimamente de utilidade pública, reconhecida por todas as esferas governamentais. Seu objetivo é promover o aperfeiçoamento espiritual, moral e social de seus associados, usuários e beneficiários.

Entre as inúmeras contribuições que a ACM trouxe, como voleibol, basquetebol, futsal, entre outras atividades, vamos destacar, nesta tarde, uma data muito especial aqui, no Brasil, em 2017, completa 99 anos, que é o Dia das Mães. Essa comemoração se iniciou nos Estados Unidos, por iniciativa de Anna Jarvis, em 10 de maio de 1908, quando ela organizou uma cerimônia na igreja que frequentava para homenagear e honrar a sua e todas as mães da West Virgínia dos Estados Unidos. A comemoração era prestada de forma delicada, através do simbolismo de dois cravos: vermelho e branco. O cravo de cor vermelha seria usado na lapela da roupa por aquelas

cujas mães estivessem vivas. Enquanto isso, os filhos órfãos se apresentariam usando um cravo branco. Com a grande acolhida recebida pela comunidade, Anna Jarvis quis que a celebração fosse reconhecida como um feriado. Depois de lutar três anos para oficializar a data, finalmente, em 26 de abril de 1910, o governador de West Virgínia, William E. Glasscock, acrescentou o Dia das Mães ao calendário de datas comemorativas daquele estado. Em pouco tempo outros estados dos Estados Unidos aderiram à comemoração, e com isso, em 1914, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, formalizou a data no país, que deveria ser comemorada no segundo domingo de maio, conforme sugestão de Anna Jarvis. Rapidamente, mais de 40 países adotaram a data.

No Brasil, essa homenagem foi trazida pelo então Secretário-Geral da ACM do Rio Grande do Sul, Frank Long. Sendo comemorado o Dia das Mães, pela primeira vez, no Brasil, no dia 12 de maio, 1918, aqui em Porto Alegre. Aos poucos, a festividade foi se espalhando pelo país e, em 1932, através do Decreto nº 21.366, o feriado foi oficializado pelo presidente Getúlio Vargas. Quinze anos depois, o dia foi incluído no calendário oficial da Igreja Católica pelo Cardeal Arcebispo do Rio, Dom Jaime de Barros.

Desses 99 anos de comemoração do Dia das Mães no Brasil, muitos momentos foram realizados nesta Câmara de Vereadores, valorizando estas, que são e sempre serão um tesouro concedido por Deus a todos nós. Para nós, da ACM, é um momento de parar e olhar de uma forma mais profunda para quem nos deu a vida, nos acompanhou em todos os momentos. Olhar com carinho para quem está sempre ao nosso lado com um amor incondicional.

Em 2018, estaremos completando 100 anos da introdução do Dia das Mães no Brasil pela ACM Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Será, para nós, motivo de muito orgulho, bem como de muito trabalho para comemorarmos essa data tão importante e histórica para nossa instituição e nossa Cidade.

A Associação Cristã de Moços agradece, mais uma vez, a esta Casa, na pessoa da Ver.^a Mônica Leal, pela oportunidade que nos é dada para participarmos deste período de Comunicações divulgando o trabalho realizado por nossa instituição e pelas ACMs do mundo.

Rogamos a Deus que nos ilumine na continuidade dessa obra, abrigando sempre os princípios cristãos, conduzindo-nos à prática das relações humanas e do aperfeiçoamento espiritual e intelectual, buscando o desenvolvimento de nossas comunidades. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença da Sra. Bernadete Maria Franco Cunha, Presidente da ACM-RS; do Sr. José Ricardo Calza Caporal; Secretário Geral da ACM-RS; do Sr. Wilton Araújo, Vice-Presidente da ACM, ex-Vereador e ex-Presidente desta Casa; da Ver.^a Mônica Leal, representante desta Casa para esta homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h33min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h34min): Estão reabertos os trabalhos.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h35min.)

* * * * *